



Transparência e Integridade_dezembro 2025

Nota editorial

Caros colegas,

Bem-vindos à segunda edição da nossa newsletter dedicada à **transparência, ética e prevenção da corrupção**. Esta edição destaca o **Dia Internacional da Luta Contra a Corrupção**, uma data que nos convida a refletir sobre a importância da integridade no serviço público. Aproveitamos este momento para sublinhar o papel do **canal de denúncias do município**, que tem recebido um número crescente de comunicações, demonstrando maior atenção e confiança por parte da comunidade.

Trazemos também uma síntese de temas nacionais relevantes. O relatório do GRECO mostra que **Portugal tem avançado, embora parcialmente**, na implementação de medidas anticorrupção, reforçando a necessidade de manter o foco nas áreas ainda por cumprir. Por sua vez, o **Mecanismo Nacional Anticorrupção** abriu recentemente **11 processos de incumprimento**, evidenciando uma fiscalização mais ativa e rigorosa. Em contraste positivo, o **Programa PESSOAS 2030** registou bons resultados na prevenção de irregularidades, demonstrando que políticas bem estruturadas podem produzir efeitos consistentes.

Nesta edição sugerimos ainda o livro "**Corrupção – Breve História de um Crime que não Existiu**", de Eduardo Dâmaso, uma leitura que ajuda a compreender melhor a evolução deste fenómeno em Portugal. Como exercício de reflexão, apresentamos também um **dilema ético de Natal**, que nos recorda que a integridade se pratica nos gestos do dia a dia, mesmo nas situações que parecem mais simples.

Esperamos que esta edição contribua para uma maior consciência coletiva sobre a importância da ética no setor público e para o fortalecimento de uma cultura de transparência em toda a organização.

Com confiança no caminho que trilhamos juntos,

A Comissão da Transparência e Integridade

Breves

Compromisso com a Transparência



O **Dia Internacional da Luta Contra a Corrupção**, celebrado a **9 de dezembro**, recorda a importância da transparência e da ética no trabalho diário da administração pública. A corrupção enfraquece a confiança dos cidadãos e afeta a qualidade dos serviços, por isso, a prevenção e o rigor são responsabilidades de todos.

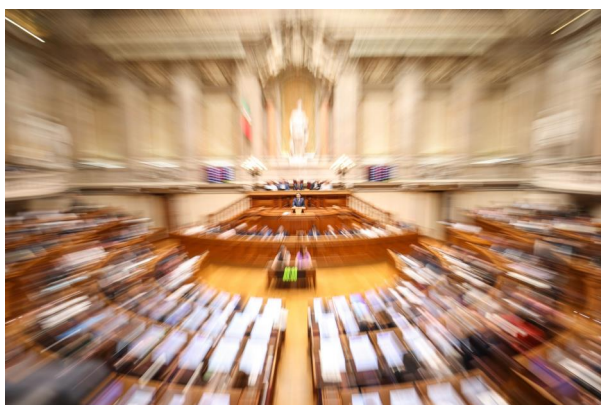
O município tem vindo a reforçar o seu compromisso com a integridade pública através de **diversas medidas que promovem uma atuação mais transparente, ética e responsável em todas as áreas de trabalho.**

Canal de denúncias: mais confiança e participação

Desde a sua criação, em outubro de 2024, o **canal de denúncias do município** recebeu **64 mensagens**. Embora nem todas se enquadrassem no âmbito da prevenção da corrupção, este número mostra que **as pessoas estão mais atentas e confiantes nos mecanismos disponíveis para sinalizar situações que consideram irregulares.**

Este dia é uma oportunidade para reforçarmos a importância da integridade e da responsabilidade no serviço público, contribuindo para uma administração mais justa, transparente e próxima da comunidade.

Portugal avança (ainda que parcialmente) na prevenção da corrupção



O GRECO, organismo do Conselho da Europa responsável por avaliar as medidas anticorrupção, divulgou recentemente um relatório onde reconhece que **Portugal tem feito progressos**, embora **ainda não cumpra totalmente** as recomendações internacionais nesta área.

O relatório destaca **melhorias importantes**, como:

- **Reforço do Mecanismo Nacional Anticorrupção**
- **Criação da Entidade da Transparência**
- **Aplicação de códigos de conduta para responsáveis públicos**

Estas medidas contribuem para **mais transparência e responsabilidade** nas instituições.

Apesar disso, o GRECO sublinha que **persistem falhas que precisam de ser resolvidas**, nomeadamente:

- **Falta de regulamentação da atividade de lobby**
- **Regras sobre ofertas e brindes pouco claras**
- **Necessidade de maior transparência na divulgação de património e interesses**
- **Ausência de um plano anticorrupção completo para titulares de cargos políticos**

Em resumo, o relatório conclui que **Portugal está no caminho certo**, mas **ainda tem várias medidas por implementar** para alcançar os padrões esperados. Para as autarquias, esta avaliação reforça a importância de **continuar a apostar na transparência, na ética e na prestação de contas**, fortalecendo a confiança dos cidadãos.

Mecanismo Nacional Anticorrupção abre 11 processos por incumprimento

O Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) anunciou recentemente a abertura de **11 processos de infração** relacionados com o incumprimento das regras de prevenção da corrupção por **10 entidades públicas e uma entidade privada**. Estes processos resultam da aplicação das novas competências de fiscalização previstas na legislação nacional.

Segundo o MENAC, as ações de controlo têm vindo a ser intensificadas e contam com o apoio de **ferramentas de inteligência artificial**, utilizadas para identificar riscos, padrões e situações de incumprimento. Este reforço pretende tornar a supervisão das entidades públicas mais eficiente e rigorosa.

Os processos agora instaurados podem levar à aplicação de **coimas que variam entre 2 000 e 44 891 euros para empresas**, e até cerca de **3 700 euros para pessoas singulares**, embora os valores finais dependam da conclusão de cada investigação.

O MENAC recorda que todas as entidades públicas estão obrigadas a **adotar planos de prevenção da corrupção e códigos de conduta**, bem como a assegurar formação interna e mecanismos de controlo que reduzam riscos de fraude e conflito de interesses.

Em termos gerais, esta atuação demonstra que existe **maior exigência no cumprimento das regras de integridade pública**, sublinhando a importância de que organismos do Estado e autarquias ajustem as suas práticas para garantir **transparência, responsabilidade e confiança dos cidadãos**.



Programa PESSOAS 2030 mostra bons resultados na prevenção da corrupção

O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas do **PESSOAS 2030** foi alvo de uma avaliação intercalar em 2025, tendo revelado **resultados muito positivos** na gestão e acompanhamento dos fundos públicos envolvidos no programa.

Segundo o relatório divulgado, os mecanismos de controlo aplicados ao longo do último ano foram **eficazes na deteção e prevenção de irregularidades**, não tendo sido identificados **casos de duplo financiamento, despesas fraudulentas ou outras ocorrências graves**. Estes resultados demonstram que as medidas de fiscalização estão a funcionar de forma adequada.

A maioria dos organismos responsáveis pela execução do programa já implementou **as recomendações relativas ao código de ética, prevenção de conflitos de interesse e regras internas de integridade**, reforçando a cultura de transparência e responsabilidade.

Apesar dos bons resultados, o relatório destaca que ainda existem **alguns desafios a monitorizar**, nomeadamente a necessidade de reforçar a uniformização de procedimentos e de continuar a formar equipas na área da integridade e boa gestão pública.

Em síntese, a avaliação intercalar mostra que o **PESSOAS 2030 é um exemplo de boas práticas na gestão de fundos públicos**, demonstrando que políticas de prevenção da corrupção, quando bem aplicadas, aumentam a confiança na administração pública e melhoram a qualidade dos serviços prestados.

👉 Podem consultar mais informações sobre o programa aqui.¹

¹<https://pessoas2030.gov.pt/>



A explorar

Livro "Corrupção - Breve História de um Crime que não Existiu", de Eduardo Dâmaso

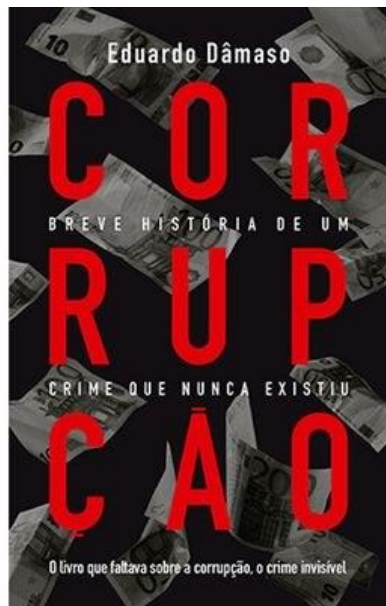
Operação Marquês, Face Oculta, Operação Furacão e Universo Espírito Santo. Estes nomes poderiam facilmente pertencer a romances policiais, mas correspondem, na realidade, a alguns dos casos de corrupção mais marcantes da história recente de Portugal. Ao longo dos anos, estas investigações têm vindo a revelar, passo a passo, **um sistema profundamente afetado por práticas ilícitas**, expondo **redes de interesses que, há cerca de quatro décadas, influenciam de forma decisiva a política e a economia nacionais.**

As ações destes grupos tiveram consequências graves: contribuíram para a **destruição de grandes empresas, como a Portugal Telecom**, e para a criação de **enormes falhas no setor bancário**, com custos pesados para o país.

A conclusão é inevitável: **Portugal enfrenta um problema sério e persistente de corrupção**, cuja dimensão precisa de ser reconhecida para que possa ser combatida de forma eficaz.

 **Saibam mais sobre este livro** [aqui](#).²

²<https://www.fnac.pt/Corrupcao-Breve-Historia-de-um-Crime-que-nunca-Existiu-Eduardo-Damaso/a7099078>



Dilema ético de Natal

Aproxima-se a época de Natal e várias empresas locais começam a enviar **cabazes, vinhos e presentes** aos serviços da câmara, como forma de agradecimento pelo trabalho ao longo do ano. A tradição é antiga e bem-vista pela comunidade empresarial.

Alguns funcionários sentem que aceitar estes presentes cria um clima de proximidade positiva com as empresas da região. Outros consideram que essa prática pode **colocar em causa a imparcialidade**, especialmente quando se trata de empresas que têm contratos, pedidos de licenciamento ou outros processos pendentes na autarquia.

O dilema surge:

É eticamente aceitável que funcionários aceitem presentes de empresas locais no Natal, sabendo que podem ser percecionados como uma tentativa de influência?

Se recusarem, arriscam quebrar relações tradicionais e serem vistos como ingratos.

Se aceitarem, podem comprometer a imagem de transparência da instituição.



Leiria

Câmara Municipal

Comissão da Transparência e Integridade

transparencia.integridade@cm-leiria.pt³

2.ª edição | dezembro de 2025

³<mailto:transparencia.integridade@cm-leiria.pt>